

Relatório Mensal de Investimentos do Ipreville

Fevereiro/2021



Diretor-Presidente

Guilherme Machado Casali (CPA 20)

Diretora Executiva

Cleusa Mara Amaral (CPA 20)

Gerente da Unidade Financeira

Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral (CPA 10)

Assessora de Investimentos

Fabiane Heiderscheidt Moreira

Comitê de Investimentos

Gustavo Polidoro (CPA 10)

Irving Ivo Hoppe (CPA 10)

Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral (CPA 10)

Sahmara Liz Botemberger (CPA 10)

Samara Perfeito Nunes (CPA 10)

Sumário

1. Legislação Aplicada.....	4
2. Relação das Instituições Financeiras Credenciadas.....	4
3. Cenário Econômico	5
4. Carteira de Investimentos.....	5
5. Estratégia de Alocação e a Política de Investimentos 2021	7
6. Composição dos Investimentos.....	8
7. Receitas de Investimentos.....	8
8. Rentabilidade.....	9
9. Índices.....	9
10. Deliberações do Comitê de Investimentos	9
11. Pareceres emitidos.....	9
11.1. Consultoria Financeira.....	9
11.2. Consultoria Jurídica.....	9
11.3. Consultoria Atuarial.....	9
12. Recomendações do Conselho Fiscal	10
13. Reuniões e Conference Calls com Instituições Financeiras.....	10
14. Resgates e Aplicações	10
15. Conclusão	11

1. Legislação Aplicada

As legislações que regem a aplicação dos recursos Financeiros no Regime Próprio de Previdência Social são as seguintes:

- Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as alterações trazidas pelas Resoluções nº 4.604/2018 e nº 4.695/2018, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Portaria 419/2002, de 2 de maio de 2002, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;
- Portaria Nº 519, de 24 de agosto de 2011, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera redação da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008 e da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008; e dá outras providências;
- Portaria Nº 185, de 14 de maio de 2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS".

2. Relação das Instituições Financeiras Credenciadas

No mês de Fevereiro houve o credenciamento da seguinte Instituição:

Instituição	Segmento	Data do Credenciamento
Pátria Investimentos	Gestor/Administrador	15/02/2021

A Lista completa das Instituições Credenciadas, com as respectivas datas de credenciamento, está publicada no *site* do Instituto - <https://ipreville.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/217-Institu%C3%A7%C3%B5es%2Bcredenciadas.html>.

3. Cenário Econômico

No mês de fevereiro, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a pandemia de COVID-19 alcançou um total de 113.466.867 casos e 2.520.480 óbitos. Apesar de ter sido observado o arrefecimento da 2ª onda de contágio nos países centrais, os Estados Unidos continuaram concentrando a parcela mais significativa em relação ao total. Na Europa, mesmo com o uso de medidas restritivas severas, o surto seguiu heterogêneo. Na América Latina houve desaceleração no México, Argentina e Colômbia. No entanto, o número de novos casos diários segue em expansão importante no Brasil e Peru.

Os mercados financeiros internacionais não tiveram um desempenho significativo em fevereiro. Nos EUA, o resultado da 2ª prévia do PIB do 4º trimestre de 2020 revisou a expansão para 4,1%, a taxa de desemprego recuou para 6,3% ante 6,7%. Dado que no mês não houve reunião FOMC, o destaque ficou por conta da Ata da Reunião de janeiro, no documento, a autoridade monetária deliberou pela manutenção da taxa básica de juros no intervalo de 0,00% a 0,25%. No âmbito Político, o mês foi marcado pelo julgamento no Senado do 2º Processo de Impeachment do ex-presidente Donald J. Trump e pelo pacote de estímulos fiscais com orçamento total de US\$ 1,9 trilhão.

Na Europa, o destaque ficou para a Ata da Reunião de janeiro do Comitê de Política Monetária do BCE, o documento deliberou pela manutenção das taxas de juros das operações de refinanciamento e reafirmou a orientação futura de manter os juros nos níveis atuais ou inferiores até que seja observada convergência robusta da inflação para um patamar suficientemente próximo, mas abaixo, da meta de 2%. No âmbito político, o mês foi marcado pela posse de Mário Draghi, ex-presidente do BCE, como Primeiro Ministro da Itália.

Na China, o PMI Industrial é um índice que mede a temperatura do setor industrial da China. Assim, ele é mensurado a partir de questionários que são enviados aos gerentes de compras em cerca de 500 empresas do país. No mês de fevereiro ficou em 50,6 pontos frente a 51,3 da medição anterior, enquanto o PMI não manufatura foi de 51,4 ante 52,4 pontos, ambos em patamares que indicam expansão da atividade. No mês, não foram divulgados os dados do setor externo no país.

No cenário doméstico no mês de fevereiro, seguimos visualizando o aumento do número de casos de COVID-19, com alguns estados e municípios retomando algumas medidas restritivas e de distanciamento social. O processo de vacinação permaneceu em ritmo moderado, com 3,1% da população parcialmente imunizada e 0,9% da população completamente vacinada.

Não houve reunião do COPOM em fevereiro, com o destaque recaindo sobre as falas do presidente do Banco Central. O presidente manteve a perspectiva de aumento dos riscos para emergentes em um ambiente de reflexão nas principais economias mundiais. As expectativas de mercado (Boletim FOCUS) apontam SELIC em 4,50% (ajuste semanal) ao fim de 2021, entretanto, a tendência altista das projeções de inflação e as incertezas relacionadas à política fiscal e à COVID-19 aumentam as chances de que a SELIC tenha que ser elevada acima desse patamar.

No mercado de renda fixa o mês de fevereiro considerou que a economia brasileira possa estar em um ponto de virada para a retomada do crescimento, recuperação da atividade econômica e evolução de vacinas, o quadro segue bastante desafiador, demandando forte ajuste fiscal e avanços das reformas estruturais. Com um olhar prospectivo sobre o mercado local de juros, seguimos cautelosos com relação à tomada de risco, em especial nos vencimentos longos. Conjuntamente, ainda preferimos posições indexadas à inflação, por se beneficiarem do carregamento desses papéis em um contexto de IPCA ainda elevado versus CDI no menor patamar histórico. Entretanto, ao longo dos próximos meses, essa situação poderá mudar, tanto pelo início da normalização da SELIC, como por uma possível desaceleração da inflação.

Já no mercado de renda variável, o principal índice brasileiro, IBOVESPA, descolou do movimento global pró-risco, devido às incertezas políticas, inflacionárias e fiscais. O custo disso foi uma reprecificação das ações que incorporaram ao custo de capital esse maior prêmio de risco, o que levou o Ibovespa a fechar nos 110.035 pontos, o que representou uma queda de 4,37% em fevereiro.

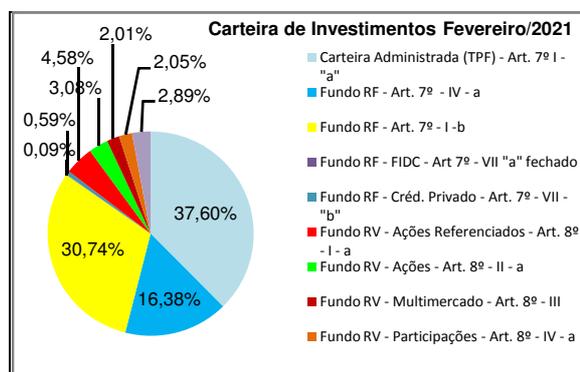
Com todos esses fatores os segmentos de renda fixa e variável do Ipreville fechou o mês de fevereiro no negativo, apresentando uma rentabilidade de -1,26%.

4. Carteira de Investimentos

Enquadramento Carteira de Investimentos - Fevereiro/2021		
Descrição	R\$	Classif. 3922/10
Total Acumulado das Aplicações	2.943.752.597,51	
CEF FI Brasil IPCA XVI RF Crédito Privado	5.588.760,00	Artigo 7º - VII - b
CEF FIC Ações Small Caps RPPS	11.849.304,10	Artigo 8º - II - a
CEF FIC Ações Dividendos RPPS	10.267.336,87	Artigo 8º - II - a
CEF FI Brasil 2024 I	33.812.780,00	Artigo 7º - I - b
CEF FI Brasil Disponibilidades DI	20.491,89	Artigo 7º - IV - a
CEF FIP Incorporação Imobiliária	372.963,45	Artigo 8º - IV - a
CEF FI Brasil IMA-B 5+ Títulos Públicos	78.862.519,60	Artigo 7º - I - b
CEF FI Brasil IMA-B Títulos Públicos RF LP	26.900.376,56	Artigo 7º - I - b
Caixa Econômica Federal	167.674.532,47	
BB Previdenciário RF IMA-B 5	169.091.352,21	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário RF Fluxo	5.502.133,33	Artigo 7º - IV - a
BB Previdenciário Perfil Ref. DI	4.078.040,78	Artigo 7º - IV - a
BB Previdenciário IMAB TP	373.604.259,01	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário Títulos Públicos IPCA	16.813.743,19	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário Títulos Públicos IPCA I	16.696.237,48	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário Títulos Públicos IPCA III	8.619.008,76	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário RF IMA-B 5+	130.392.118,83	Artigo 7º - I - b
BB Carteira Administrada Balanceada (TPF)	425.820.019,76	Artigo 7º - I - a
BB Previdenciário RF IMA-B 5 - Carteira Balanceada	6.955.630,67	Artigo 7º - I - b
BB Previdenciário RF Fluxo - Carteira Balanceada	14.607.714,92	Artigo 7º - IV - a
BB Ações Index I - Carteira Balanceada	29.112.836,28	Artigo 8º - I - a
BB MM Macro - Carteira Balanceada	5.273.728,89	Artigo 8º - III
BB MM Dinâmico - Carteira Balanceada	2.640.145,22	Artigo 8º - III
BB Ações Globais IE - Carteira Balanceada	37.467.525,41	Artigo 9º - II
BB BRASIL Portos Ativos Logísticos FIP	1.177.360,29	Artigo 8º - IV - a
BB DTVM	1.247.851.855,03	
ITAU RPI Ações Ibovespa Ativo	64.942.326,54	Artigo 8º - I - a
ITAU Institucional RF Inflação 5	43.302.873,97	Artigo 7º - I - b
ITAU RF Institucional Alocação Dinâmica	87.104.442,98	Artigo 7º - IV - a
Itaú Unibanco S.A.	195.349.643,49	
ICATU Vanguarda FI RF Inflação C.P	11.203.298,42	Artigo 7º - VII - b
BEM Distribuidora	11.203.298,42	
BRADESCO FI IMA-B	157.582.169,01	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO FI Ima Geral	84.908.273,55	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO FI IBOVESPA	9.759.689,17	Artigo 8º - I - a

BRADESCO DIVIDENDOS FIA	18.208.032,82	Artigo 8º - II - a
BRADESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL	14.019.895,00	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO FIC IMA-B 5+	25.693.021,48	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO - CARTEIRA ADMINISTRADA	617.618.320,71	Artigo 7º - I - a
BRADESCO FICFIA INSTITUCIONAL IBRX Alpha	16.851.128,66	Artigo 8º - I - a
BRADESCO FIC FI RF IMA-B 5	4.862.654,73	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO - CARTEIRA BALANCEADA	75.004,21	Artigo 7º - I - a
BRADESCO FIA Small CAP Plus	9.302.597,72	Artigo 8º - II - a
BRADESCO FIA Selection	1.716.779,09	Artigo 8º - II - a
BRADESCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	37.531,51	Artigo 7º - IV - a
BRADESCO INSTITUCIONAL FIA BDR NIVEL I	1.795.965,65	Artigo 9º - III
Banco Bradesco S.A. / BEM Distribuidora	962.431.063,31	
XP Investimentos - Carteira Administrada	62.356.354,46	Artigo 7º - I - a
MS Global FIC Ações Investimento no Exterior	19.830.042,46	Artigo 9º - II
XP	82.186.396,92	
BTG Pactual Principal Investimentos FIP	2.052.909,91	Artigo 8º - IV - a
BTG Pactual Infraestrutura II FIP	4.237.931,83	Artigo 8º - IV - a
Santander Brasil	6.290.841,74	
Western Asset Soberano II FICFI RF Selic	12.105.772,05	Artigo 7º - IV - a
Western Asset IMA B Ativo FI RF	23.995.762,04	Artigo 7º - IV - a
Western Asset Long&Short FIM	5.072.947,09	Artigo 8º - III
Western Asset Valuation FIA	22.182.271,45	Artigo 8º - II - a
Western Asset Renda Fixa Ativo MAX	47.541.160,03	Artigo 7º - IV - a
Western - Carteira Balanceada	1.022.967,32	Artigo 7º - I - a
Western Asset Previd. IBRX Alpha Ações FIC	14.130.758,12	Artigo 8º - I - a
Western Asset US INDEX 500 FIM	8.448.180,35	Artigo 8º - III
Western Asset Macro Opportunities FI	23.278.123,35	Artigo 9º - II
Banco BNP Paribas	157.777.941,80	
Vinci Selection Equities	7.540.877,58	Artigo 8º - II - a
BEM Distribuidora	7.540.877,58	
KINEA Private Equity II	5.067.775,16	Artigo 8º - IV - a
KINEA Private Equity IV Feeder	35.363.990,98	Artigo 8º - IV - a
Lions Trust	40.431.766,14	
Pátria Special Opportunities I FIP	15.592,54	Artigo 8º - IV - a
P 2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	11.915.193,66	Artigo 8º - IV - a
Pátria	11.930.786,20	
FIDC Multisetorial Master III	78.909,98	Art. 7º, VII, "a"
Genial Investimentos	78.909,98	
FIDC Multisetorial Itália Senior	2.441.707,85	Art. 7º, VII, "a"
BRL Trust	2.441.707,85	
SANTOS CREDIT YIELD FIRF CREDI	628.422,19	Artigo 7º - VII - b
Indigo Investimentos	628.422,19	
Vinci Selection Equities FI em Ações - Carteira Balanceada	4.788.157,36	Artigo 8º - II - a
Vinci Gas Dividendos FIA	2.348.272,81	Artigo 8º - II - a
Viinci Fatorial Dinamico FIA	2.392.833,91	Artigo 8º - II - a
Vinci Multiestratégia FIM	20.030.104,44	Artigo 8º - III
Vinci Valorem FIM	17.583.842,42	Artigo 8º - III
Vinci International FIC FIM IE	2.791.343,45	Artigo 9º - II
Daycoval	49.934.554,39	

Enquadramento	% PL
Carteira Administrada (TPF) - Art. 7º I - "a"	41,14%
Fundo RF - Art. 7º - IV - a	15,87%
Fundo RF - Art. 7º - I - b	30,35%
Fundo RF - FIDC - Art 7º - VII "a" fechado	0,09%
Fundo RF - Créd. Privado - Art. 7º - VII - "b"	0,59%
Fundo RV - Ações Referenciados - Art. 8º - I - a	3,69%
Fundo RV - Ações - Art. 8º - II - a	3,23%
Fundo RV - Multimercado - Art. 8º - III	1,73%
Fundo RV - Participações - Art. 8º - IV - a	1,72%
Fundo Exterior - Art. 9º	1,60%
Total Recursos RPPS	100,00%



5. Estratégia de Alocação e a Política de Investimentos 2021

Com base nas informações apresentadas no fechamento do mês de Fevereiro/2021, verifica-se que os percentuais de investimentos estão respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente

Abaixo, segue o quadro extraído da Política de Investimentos 2021 com a estratégia definida e posição de alocação do mês.

ART.	INCISO/ ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES					BENCH
			LEGAL	% ATUAL	MÍN.	ALVO	MÁX.	
7	-	Renda Fixa	100%	85,40%	0%	80%	100%	-
	I-a	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)	100%	37,60%	30%	40,5%	100%	IPCA
	I-b	Cotas de FI classificados como RF, composto exclusivamente por títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de renda fixa)		30,74%	15%	17%	100%	
	I-c	Cotas de FI em índice de mercado RF, composto exclusivamente por títulos públicos federais, ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa)		0,00%	0%	0%	0%	
	II	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do Inciso I	5%	0,00%	0%	0,5%	5%	
	III-a	Cotas de FI classificados como RF com sufixo "Referenciado" (fundos de renda fixa)	60%	0,00%	0%	0%	5%	
	III-b	Cotas de FI em índice de mercado de RF (fundos de índice de renda fixa)			0%	0%	0%	
	IV-a	Cotas de FI classificados como RF constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa)	40%	16,38%	3%	18,3%	40%	CDI
	IV-b	Cotas de FI em índice de mercado de RF (fundos de índice de renda fixa)		0,00%	0%	0%	0%	
	V	Letras Imobiliárias Garantidas (LIG)	20%	0,00%	0%	0%	0%	-
	VI-a	Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15%	0,00%	0%	0%	0%	-
	VI-b	Depósito de Poupança		0,00%	0%	0%	0%	-
	VII-a	Cotas de classe sênior de FIDC	5%	0,09%	0%	0,2%	2%	CDI
	VII-b	Cotas de FI classificados como RF com sufixo "crédito privado"		0,59%	0%	3,5%	4%	
VII-c	Cotas de FI de que trata art. 3º da Lei nº 12.431	0,00%		0%	0%	2%		
8	-	Renda Variável e Investimentos Estruturados	65%	11,71%	0%	16%	65%	-

	I-a	Cotas de FI classificados como ações, compostos por, no mínimo, cinquenta ações (fundos de renda variável)	30%	4,58%	2%	6%	30%	IBOV
	I-b	Cotas de FI em índice de mercado de RV, compostos por, no mínimo, cinquenta ações (fundos de índice de renda variável)		0,00%	0%	0%	0%	
	II-a	Cotas de FI classificados como ações (fundos de renda variável)	20%	3,08%	2%	5%	20%	
	II-b	Cotas de FI em índice de mercado RV (fundos de índice de renda variável)		0,00%	0%	0%	0%	
	III	Cotas de FI classificados como multimercado	10%	2,01%	0,50%	3%	10%	CDI
	IV-a	Cotas de FI em participações (FIP)	5%	2,05%	1,50%	2%	5%	
	IV-b	Cotas de FI imobiliário (FII)		0,00%	0%	0%	0%	
	IV-c	Cotas de FI classificados como "Ações – Mercado de Acesso"		0,00%	0%	0%	5%	
9	-	Investimentos no Exterior	10%	2,89%	0%	4%	10%	
	I	Cotas de FI e cotas de FICFI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"	10%	0,00%	0%	0%	10%	CDI
	II	Cotas de FI constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior"		2,83%	0%	2%	10%	
	III	Cotas de FI da classe "Ações – BDR Nível I"		0,06%	0%	2%	10%	

6. Composição dos Investimentos

Investimento	Valor	%
Renda Fixa	1.169.840.559,72	39,09%
Renda Variável	122.567.567,08	4,10%
Investimentos Estruturados	62.724.335,65	2,10%
Imóveis	48.822.934,70	1,63%
Carteira Administrada de Títulos Públicos	679.887.488,86	22,72%
Carteira Administrada Balanceada - Renda Fixa	234.689.884,47	7,84%
Carteira Administrada Balanceada - Renda Variável	161.874.583,81	5,41%
Carteira Administrada Balanceada - Títulos Públicos	426.916.708,35	14,27%
Aplicações no Exterior	85.163.000,32	2,85%
Total	2.992.487.062,96	100,00%

7. Receitas de Investimentos

Investimento	Valor	%	Mês Anterior	Acumulado	%
Renda Fixa	-37.012.281,12	98,64%	-21.747.812,60	-58.760.093,72	89,47%
Renda Variável	-509.093,11	1,36%	-6.408.144,69	-6.917.237,80	10,53%
Total	-37.521.374,23	100,00%	-28.155.957,29	-65.677.331,52	100,00%

8. Rentabilidade

Mês	Renda Fixa	Renda Variável	Rentabilidade	Meta Atuarial	Resultado
Janeiro	-0,73%	-0,21%	-0,94%	0,71%	-1,64%
Fevereiro	-1,24%	-0,02%	-1,26%	1,26%	-2,49%
Ano 2021	-1,96%	-0,23%	-2,19%	1,98%	-4,09%

9. Índices

MÊS	CDI	SELIC	Ibovespa	INPC	IPCA	IGP-M	IMA-B	Meta Atuarial	Meta Realizada
Janeiro	0,14%	0,15%	-3,32%	0,27%	0,25%	2,58%	-0,85%	0,71%	-0,94%
Fevereiro	0,13%	0,14%	-4,37%	0,82%	0,86%	2,53%	-1,31%	1,26%	-1,26%
2021	0,28%	0,29%	-7,55%	1,09%	1,11%	5,18%	-2,15%	1,98%	-2,19%

10. Deliberações do Comitê de Investimentos

No mês de fevereiro as principais deliberações junto ao Comitê de Investimentos neste mês foram: comunicação sobre a carteira administrada balanceada com o Banco do Brasil que se iniciou em 15/12/2020 e a instituição iniciou com alocações em fundos de investimentos; comunicação sobre o aditivo do contrato com a Vinci Partners; manifestação do voto nas Assembléias Geral de Quotistas do Fundo Brasil Portos e Ativos Logísticos de 01/03/2021 e 05/03/2021.

11. Pareceres emitidos

No corrente mês foram emitidos os seguintes Pareceres:

11.1. Consultoria Financeira

A Consultoria Financeira foi motivada a se pronunciar sobre as seguintes questões:

- Análise e Parecer referente a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo **FIP Portos e Ativos Logísticos** referente a seguinte deliberação: aprovação das demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, referentes ao exercício social findo em 31/03/2020 (em anexo), conforme disposto no Artigo 24 da Instrução CVM nº 578, no qual o parecer da Consultoria Financeira foi pela aprovação demonstrações financeiras;

- Análise e Parecer referente a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo **FIP Portos e Ativos Logísticos**, referente a seguinte deliberação: item 1) referente a alteração do prazo de duração do Fundo, nos termos do inciso e do artigo 34 do Regulamento do Fundo ("Regulamento"), em relação à prorrogação do prazo de duração do Fundo pelo período de 01 (um) ano, a contar de 29.03.21, conforme previsto no Artigo 4º do Regulamento e condicionada à reprovação do item 1 acima, deliberar sobre item 2) referente a liquidação do Fundo, nos termos do inciso g do artigo 34 do Regulamento, mediante entrega de bens e direitos, inclusive títulos e valores mobiliários, sendo que a consultoria financeira manifestou que está de acordo com a prorrogação do prazo do fundo, face as teses de desinvestimento dos ativos.

11.2. Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica foi motivada a se pronunciar sobre a seguinte questão:

- Análise e Parecer em relação ao Edital de Credenciamento 001/2021 das Instituições Financeiras;
- Parecer referente ao Aditivo de Contrato da Vinci Partners da Carteira Balanceada para ajustes referente a mudança de pessoas autorizadas do Instituto, Constituição da carteira, e anexo III do contrato referente a política de investimentos, sendo aprovado todos os itens pela consultoria jurídica;
- Análise e Parecer referente a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo **FIP Portos e Ativos Logísticos** referente a seguinte deliberação: aprovação das demonstrações financeiras apresentadas

pelo Administrador, referentes ao exercício social findo em 31/03/2020 (em anexo), conforme disposto no Artigo 24 da Instrução CVM nº 578, no qual o parecer da Consultoria Jurídica foi pela aprovação das demonstrações financeiras;

- Análise e Parecer referente a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo **FIP Portos e Ativos Logísticos**, referente a seguinte deliberação: item 1) referente a alteração do prazo de duração do Fundo, nos termos do inciso e do artigo 34 do Regulamento do Fundo (“Regulamento”), em relação à prorrogação do prazo de duração do Fundo pelo período de 01 (um) ano, a contar de 29.03.21, conforme previsto no Artigo 4º do Regulamento e condicionada à reprovação do item 1 acima, deliberar sobre item 2) referente a liquidação do Fundo, nos termos do inciso g do artigo 34 do Regulamento, mediante entrega de bens e direitos, inclusive títulos e valores mobiliários, no qual a Consultoria Jurídica foi pela aprovação do item 1 a ser deliberado na Assembléia.

11.3. Consultoria Atuarial

Não existiu a necessidade de solicitação de parecer à Consultoria Atuarial.

12. Recomendações do Conselho Fiscal

Conforme Ata nº 241 da reunião ocorrida em 17/02/2021, apresentação do Balancete e demonstrativo de investimento dos meses de novembro e dezembro/2020, o Conselho Fiscal avaliou o movimento contábil e após análise das contas, recomendando a aprovação pelo Conselho Administrativo. Os conselheiros fiscais deliberaram para que o conselheiro Sr. Dênio para assinar o movimento contábil.

Cumprir mencionar que tais atas podem ser encontradas no site do Instituto, por meio do endereço eletrônico: <https://ipreville.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/729-2020.html> e <https://ipreville.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/726-2020.html>

13. Reuniões e Conference Calls com Instituições Financeiras

As reuniões e as Conference Calls realizadas durante o mês, pelo Núcleo Gestor de Investimentos, têm o intuito de verificar o desempenho das Carteiras Administradas de Títulos Públicos, Carteiras Administradas Balanceadas e demais fundos de investimentos, bem como ter uma visão sobre o cenário econômico.

São analisados os percentuais de alocações conforme Política de Investimentos e legislação vigente, rentabilidade, perspectivas e projeções econômicas para o mês atual e subsequente, alinhando prováveis ações, sempre em busca do resultado almejado.

Todas as ações discutidas são apresentadas ao Comitê de Investimentos, que delibera e decide sobre as melhores alternativas.

Todas as reuniões as Conference Calls são gravadas e arquivadas no servidor do Instituto.

No mês de fevereiro do corrente ano, foram realizadas as seguintes reuniões:

- 02/02/21 – Conference Call - Reunião do Comitê de Acompanhamento do Fundo Kinea IV;
- 09/02/21 – Conference Call Bradesco – Carteira Administrada Balanceada e de Títulos e Cenário Econômico;
- 10/02/21 – Conference Call DTVM – Cenário econômico e Carteira Administrada Balanceada;

14. Resgates e Aplicações

Na tabela abaixo estão elencadas as movimentações financeiras, por Fundo de Investimento, ocorridas durante o mês fevereiro de 2021.

Ainda, cumpre ressaltar que tais movimentações são minuciosamente detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, através das Autorizações de Aplicação e Resgate – APR que podem ser encontradas no site do Instituto, por meio do endereço eletrônico: <https://ipreville.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/50-APRS.html>, além de serem registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, DAIR-CADPREV (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos).

FUNDOS	CNPJ	RESGATES	APLICAÇÕES	SALDO
Títulos Públicos		Art. 7o, Inciso I, Alínea A		
BANCO DO BRASIL - CARTEIRA ADMINISTRADA BALANCEADA - 15.12.20		R\$ 97.933.759,31	R\$ -	-R\$ 97.933.759,31
Fundos Referenciados Renda Fixa que contenham somente títulos públicos		Art. 7o, Inciso I, Alínea B		
BB PREV RF IMAB 5	03.543.447/0001-03	R\$ 1.531.810,65	R\$ 10.003.146,09	R\$ 8.471.335,44
BB PREV RF IMAB 5 - Carteira Balanceada - início em 24.02.21	03.543.447/0001-03	R\$ -	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
BB PREV TP IPCA I	19.303.793/0001-46	R\$ 439.639,92	R\$ -	-R\$ 439.639,92
BB PREV. RF TP IPCA III FI	19.303.795/0001-35	R\$ 232.044,90	R\$ -	-R\$ 232.044,90
CAIXA FI BRASIL 2024 I TP RF	18.598.288/0001-03	R\$ 859.121,96	R\$ -	-R\$ 859.121,96
CAIXA FI BRASIL IMA B TP RF LP	10.740.658/0001-93	R\$ -	R\$ 1.720.000,00	R\$ 1.720.000,00
Fundos Renda Fixa - DI		Art. 7o, Inciso IV, Alínea A		
BB RPPS RENDA FIXA FLUXO FIC FI	13.077.415/0001-05	R\$ 29.724.169,17	R\$ 28.829.168,17	-R\$ 895.001,00
BB RPPS RENDA FIXA FLUXO FIC FI - Carteira Balanceada - início em 08.02.21	13.077.415/0001-05	R\$ 37.000.000,00	R\$ 51.600.000,00	R\$ 14.600.000,00
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	14.508.643/0001-55	R\$ 1.121.142,92	R\$ 1.097.883,56	-R\$ 23.259,36
WESTERN ASSET SOBERANO II FICFI RF REF SELIC	22.773.421/0001-98	R\$ -	R\$ 1.350.000,00	R\$ 1.350.000,00
BRADESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	03.256.793/0001-00	R\$ 100,00	R\$ -	-R\$ 100,00
WESTERN ASSET RENDA FIXA ATIVO MAX FI	04.192.419/0001-43	R\$ -	R\$ 530.000,00	R\$ 530.000,00
FIDC Cota Sênior		Art. 7o, Inciso VII, Alínea A		
FIDC ITALIA SEN	13.990.000/0001-28	R\$ 49.429,61	R\$ -	-R\$ 49.429,61
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER III SENIOR	12.138.813/0001-21	R\$ 37.274,38	R\$ -	-R\$ 37.274,38
Fundos de Ações Referenciados		Art. 8o, Inciso I, Alínea A		
BB AÇÕES INDEX I - Carteira Balanceada - início em 17.02.21	09.005.823/0001-84	R\$ -	R\$ 31.815.000,00	R\$ 31.815.000,00
Fundos de Ações		Art. 8o, Inciso II, Alínea A		
WESTERN ASSET VALUATION FIA	09.087.523/0001-91	R\$ 1.850.000,00	R\$ -	-R\$ 1.850.000,00
Fundos Multimercados		Art. 8o, Inciso III		
WESTERN ASSET LONG I SHORT FIM	07.672.392/0001-84	R\$ 530.000,00	R\$ -	-R\$ 530.000,00
VINCI MULTISTRATÉGIA FIM - carteira balanceada	12.440.825/0001-06	R\$ 4.000,00	R\$ -	-R\$ 4.000,00
BB MM MACRO - Carteira Balanceada - início em 17.02.21	05.962.491/0001-75	R\$ -	R\$ 5.300.000,00	R\$ 5.300.000,00
BB MM DINÂMICO - Carteira Balanceada - início em 17.02.21	13.079.634/0001-23	R\$ -	R\$ 2.650.000,00	R\$ 2.650.000,00
Investimento no Exterior		Art. 9o, Inciso II		
BB AÇÕES GLOBAIS IE - Carteira Balanceada - início em 11.02.21	31.964.961/0001-40	R\$ -	R\$ 37.000.000,00	R\$ 37.000.000,00
TOTAL		R\$ 171.312.492,82	R\$ 178.895.197,82	

15. Conclusão

A Área de Investimentos, por todo o exposto, confirma que as informações foram amplamente divulgadas e foi verificado, através do Relatório de Compliance emitido pela Consultoria Financeira Aditus que os investimentos estão respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente.